

Boletim

Nº 1.948 - Ano 42 - 11 de julho de 2016

Criação Cede.com / UFMG

TRÂNSITO DE SABERES

Em sua terceira edição consecutiva em Belo Horizonte, o Festival de Inverno da UFMG, que será realizado de 15 a 23 de julho, articula os saberes erudito e popular, em oficinas, aulas abertas, minicurso e espetáculos programados em diversos locais da capital.

Páginas 4 e 5

Refugiados haitianos
estudam português na Fale

Página 3

LETRAMENTO DIGITAL: concepções e possibilidades

Carlos Alexandre Rodrigues de Oliveira*

Carla Viana Coscarelli**

Maikel Fontes de Melo***

A Humanidade vive a era da informação e da comunicação, e parte dessas informações que chegam aos indivíduos são trazidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Com base nisso, entendemos que a inserção tecnológica não se dá apenas com o uso do computador na sociedade e com a facilidade de acesso a ele. Sabemos que é importante capacitar os usuários para o uso das tecnologias, de forma que tenham contato com a informação e com os meios de produção de conhecimento. Além disso, também é importante ressaltar que não basta saber utilizar as TDIC; deve-se entrar em contato com elas de maneira significativa para compreendê-las de forma prática e eficaz, integrando-as à nossa vida.

Vivemos em uma dimensão política e social que não pode ser desvinculada do letramento, ou seja, estamos sempre nos relacionando com os textos, como receptores e produtores que utilizam diversas linguagens para diferentes fins. Vivemos em uma sociedade centrada na escrita, que exige do indivíduo ser letrado e capaz de exercer as práticas sociais de leitura com proficiência, em uma época dominada pelas TDIC. Essa sociedade também costuma exigir que o sujeito saiba lidar com as tecnologias digitais para realizar diversas ações que colaboram para a sua cidadania, sejam atividades profissionais, econômicas, educativas ou de lazer.

Assim, ser letrado não se resume a saber ler e escrever. O letramento envolve mais que a alfabetização *stricto sensu*. O letramento envolve lidar, com autonomia e senso crítico, com várias linguagens em diversas situações, entre as quais aquelas

em que o sujeito faz uso dos computadores para se informar, para aprender, para se comunicar, para reivindicar, para produzir e compartilhar conteúdos. A essa capacidade de responder a essas demandas chamamos de letramento digital.

O letramento digital torna o indivíduo capaz de fazer uso das tecnologias para gerar benefícios próprios e se inserir na cultura digital contemporânea. Essa apropriação das tecnologias exige dos seus usuários o domínio de informações e habilidades mentais que devem ser trabalhadas pelas instituições

Ser letrado não se resume a saber ler e escrever. O letramento envolve mais que a alfabetização *stricto sensu*. O letramento envolve lidar, com autonomia e senso crítico, com várias linguagens em diversas situações

de educação básica e superior, a fim de capacitar os cidadãos a viver nesse universo.

Espera-se que um cidadão letrado digitalmente seja capaz de compreender, criticar e utilizar as informações oferecidas por vários suportes digitais, isto é, espera-se que ele use as tecnologias para adquirir conhecimento, estabelecer contatos, expressar-se e comunicar-se, condições importantes para o exercício pleno da cidadania.

A escola como agência de letramento(s) e de formação cidadã pode preparar o aluno para lidar com as práticas de leitura e escrita

oferecidas no ambiente virtual. Com isso, faz-se necessária a intervenção da instituição de ensino no sentido de propiciar a seus alunos, sistematicamente, a interpretação das mensagens veiculadas nos meios de comunicação eletrônicos e a familiarização deles com a estética, a linguagem e o funcionamento das tecnologias digitais. Essa intervenção tem o objetivo de preparar os alunos para lidar com as ferramentas tecnológicas, explorando suas potencialidades de forma profunda, eficiente, ética e responsável.

Além das habilidades para lidar com a navegação e a leitura, os ambientes e aplicativos que envolvem o acesso à internet demandam que o usuário tenha a clareza do que está sendo buscado. O usuário também precisa ler, interpretar, avaliar e selecionar a informação disponível, e não simplesmente realizar uma pesquisa aleatória, sem direcionamento e critérios.

O letrado digital deve ser também aquele usuário que não apenas recebe informações, mas também contribui para o enriquecimento das redes de informação e comunicação, produzindo e compartilhando conteúdos. Espera-se que um indivíduo letrado digitalmente seja capaz de fazer uso crítico das TDIC e agir de forma ativa e positiva em favor do seu bem-estar pessoal e coletivo.

*Membro do Projeto Redigir da Faculdade de Letras da UFMG

**Professora da Faculdade de Letras da UFMG e coordenadora do Projeto Redigir

*** Membro do Projeto Redigir da Faculdade de Letras da UFMG

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

O HAITI é aqui

Parceria da Fale com centro de acompanhamento de migrantes viabiliza ensino de língua portuguesa para refugiados oriundos do país

Lucas Senra*

A dificuldade de dominar a língua portuguesa é um dos principais entraves para a adaptação dos cerca de cinco mil refugiados haitianos que chegaram à Região Metropolitana de Belo Horizonte nos últimos anos. Para ajudá-los a vencer esse obstáculo, o Centro de Extensão da Faculdade de Letras (Fale), em parceria com o Centro Zanmi – Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, desenvolve, desde o ano passado, o projeto Português para Estrangeiros em Regime Especial de Permanência.

Coordenada pela professora Maria Auxiliadora Leal, a iniciativa busca, de um lado, potencializar o estudo da língua portuguesa e qualificar os estrangeiros e, de outro, melhorar a formação acadêmica e ampliar a vivência dos bolsistas de extensão. “A maioria das empresas exige o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), e muitos dos imigrantes querem fazer o Enem, uma vez que suas habilitações acadêmicas estão defasadas em relação às exigências profissionais no Brasil”, explica.

A ação de extensão é acompanhada pelos bolsistas Bruna Amarante Cohen e Marco Aurélio Melo, alunos de licenciatura dupla em português-francês da Fale, também responsáveis pela elaboração de todo o material didático usado nas aulas. Segundo Bruna, são ministradas aulas para nove haitianos – até o ano passado também havia uma aluna síria. “Após um teste de nivelamento, os mais proficientes em português são assistidos pelo projeto, que é bastante concorrido. Só em abril, 160 imigrantes fizeram o exame para adquirir o Celpe-Bras”.

Lucas Hill é orientador pedagógico do Centro Zanmi, que recebe em média 70 alunos por mês e conta com cerca de 50 voluntários. Por ser o grupo imigrante majoritário na Grande BH (seguido por bolivianos, africanos e sírios), os haitianos são o principal público. “Começamos auxiliando com a burocracia dos documentos e os direitos trabalhistas, ampliamos para redes de parcerias com orientação jurídica, encaminhamento para serviços sociais, trabalho e enfoque nos Direitos Humanos”, explica Hill.



Lucas Senra / UFMG

Com formação em Direito, Pascal estuda português para mudar de vida no Brasil

Outra ação de extensão da UFMG, também articulada com o Zanmi, é a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito e Ciências do Estado. Alunos de graduação, orientados por professores, ministram aulas de direito do trabalho para a comunidade haitiana.

Duas visões

Essa atuação conjunta favorece a acolhida de imigrantes. É o caso de Fritz Pascal, 32 anos. Advogado, trabalha como carregador na Ceasa (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), desde que chegou ao Brasil, há um ano e quatro meses. “Meu pai é médico, minha mãe, professora, sou de uma família com recursos, mas, depois do terremoto que fez mais de 300 mil mortos e destruiu Porto Príncipe, perdi tudo, muita gente morreu. Aqui moro em Ribeirão das Neves, acordo às 2h15 da manhã para pegar serviço das 4h às 15h, de segunda a sábado. São quase 12 horas de trabalho, não se tem tempo para mais nada. Estou fazendo o esforço de estudar português para mudar minha vida”, revela.

Para Pascal, o mais difícil não é o peso das caixas de alimentos, mas o da discriminação. “Trabalho é liberdade, não devemos ter vergonha, mas tenho um curso superior, e as pessoas que trabalham comigo não acreditam. Todos os dias me chamam de burro e escravo e perguntam: você saiu de lá porque estava comendo pedra? Lá tem carro? Tem moto? O Haiti é um país pobre, mas temos coisas. Aqui no Brasil não me sinto muito bem”, desabafa.

Situação mais favorável é vivenciada pelo haitiano Clones Estimante, de 26 anos, que veio estudar por recomendação do primo. Formado em Ciência da Educação, chegou ao Brasil há um ano e três meses e, além de frequentar as aulas de português, ganha a vida dando aulas particulares de francês em uma escola de idiomas em Betim. Seu objetivo é trabalhar no Reino Unido como intérprete de línguas. “A língua não é um problema, pois gosto e quero trabalhar com isso”, diz. “Comecei a estudar sozinho ouvindo rádio e vendo TV, percebendo algumas semelhanças de palavras, que variavam apenas nas terminações como *possibilidade/possibilité* e *comunicação/communication*.”

Em situação regular em Belo Horizonte, Clones tem uma visão positiva. “Considero BH outra cultura, totalmente diferente da minha, as pessoas reagem de maneira diferente, mas os brasileiros são hospitaleiros, minha adaptação está sendo tranquila, e o Brasil tem sido acolhedor”, pondera.



Marco Aurélio Melo/Cenex Fale

Haitianos em aula: muitos refugiados desejam aperfeiçoar suas habilidades acadêmicas

*Estudante de jornalismo da Fafich



MOVIMENTO em FESTA

Em sua 48ª edição, Festival de Inverno busca fomentar trânsito entre os saberes erudito e popular e se espalha pela cidade

Aula aberta de dança na Praça Duque de Caxias, em Santa Tereza, realizada na edição passada

Ewerton Martins Ribeiro

O conhecimento não raro nasce do trânsito dos sujeitos em diferentes territórios culturais: do contato com o novo e com o divergente, surgem as condições de se pôr em perspectiva as nossas próprias hipóteses e formular saberes. A arte, na medida em que fomenta a experimentação, torna-se um instrumento vocacionado para propiciar esse trânsito.

Com o objetivo de promover esse diálogo e movimento entre sujeitos de diferentes territórios culturais, a UFMG realiza, de 15 a 23 de julho, o seu 48º Festival de Inverno. Todas as atividades serão em Belo Horizonte, em localidades das regiões do Barreiro e de Venda Nova, no Centro, em alguns bairros da capital, no **campus Pampulha** e em equipamentos de cultura da Universidade, como o Conservatório e o Centro Cultural UFMG. “O Festival nos dá a oportunidade de potencializar esses trânsitos por lugares que nem sempre são contemplados por atividades culturais”, diz Leda Maria Martins, diretora de Ação Cultural da UFMG. “Estamos expandindo as atividades para outras localidades. Belo Horizonte não se resume à região Centro-Sul”, afirma ela.

A edição deste ano contará com 17 oficinas para adultos, crianças e idosos, um minicurso sobre a relação entre as mitologias e as categorias de espaço e tempo, apresen-

No campus Pampulha, serão realizadas atividades na Escola de Belas-Artes, no Teatro Universitário, na Estação Ecológica, na Escola de Música, no Centro de Musicalização Infantil, na Reitoria, na Praça de Serviços e na Faculdade de Ciências Econômicas. O site www.ufmg.br/festivaldeinverno contém mapas com a localização de cada atividade no campus e na cidade.

tações culturais como shows musicais, performances, espetáculos de teatro e de dança, além de oito aulas abertas. “A nossa proposta é promover uma possibilidade inventiva de articular conhecimentos de campos diferentes em uma experiência estética de fruição e formação simultâneas”, explica Mônica Medeiros Ribeiro, coordenadora geral do evento e professora da Escola de Belas-Artes (EBA).

Desvios e ‘erros’

“No caso das oficinas, buscamos trazer pessoas que trabalham com a promoção do diálogo entre mais de um campo de conhecimento e que praticam esse trânsito em suas atividades artísticas”, exemplifica Mônica Ribeiro. Um exemplo é a oficina *Dança e filosofia: exercício da dúvida*, em que a filósofa e dançarina Adriana Banana mobiliza o postulado filosófico de Descartes como método para o trabalho com a dúvida nas movimentações corporais próprias da dança. “Buscamos reafirmar a importância do procedimento da experimentação nos processos de criação e na sala de aula”, explica Mônica.

Leda Martins destaca a experimentação e o viés formativo e inclusivo como singularidades do Festival de Inverno da UFMG. “Em cinco décadas, o evento não cedeu à tentação de se conformar àquilo que o mercado exige. Ele mantém a marca de sua diferenciação. Não por outro motivo, foi o berço de grupos que têm hoje renome nacional e internacional”, diz ela, citando Galpão, Uakti, Corpo e Oficina Multimídia, grupos que nasceram no âmbito do Festival nos anos 1970 e 1980.

Mônica Ribeiro explica o contexto que

possibilita o surgimento de produções criativas tão singulares. “O Festival inclui os desvios e os ‘erros’ também como lugares e acontecimentos que podem colaborar para a criação e o aprendizado tanto quanto o suposto ‘acerto’. Nesse sentido, o erro perde o seu caráter negativo. Ao lidar com ele, alcanço um lugar aonde não previa chegar”, diz.

Toda a programação do 48º Festival de Inverno da UFMG é gratuita e aberta à comunidade da cidade, observados os pré-requisitos de cada atividade.

As notícias sobre o evento podem ser acompanhadas pelo site www.ufmg.br/festivaldeinverno e pelas redes sociais do evento: www.facebook.com/festivalufmg, www.twitter.com/festivalufmg e www.instagram.com/festival_ufmg.

Realizado pela Diretoria de Ação Cultural (DAC), o Festival de Inverno é integralmente custeado pela UFMG.

Nova epistemologia

O tema do Festival de Inverno de 2016 é *Territórios culturais de trânsito – artes visuais, tradições, filosofias, performances, teatros, ciências, danças e artes audiovisuais*. Busca-se, nesta edição, não só lançar luz sobre a vocação dos territórios culturais para o trânsito, mas também problematizar certa percepção de que o conhecimento estabelecido no âmbito da ciência moderna é o único a ter validade.

A ideia – engendrada e aprofundada há algumas edições do evento – é sugerir o pensar e o fazer artístico como dispositivo gerador de conhecimento. “Isso explica a opção da UFMG por manter a realização do evento mesmo em um contexto de crise

econômica e de restrições orçamentárias. Aqui, os festivais são entendidos não apenas como entretenimento, mas como lócus de produção de conhecimento. A cultura e as artes são essenciais para a formação do nosso aluno, e o Festival é parte do projeto acadêmico da UFMG”, afirma Mônica.

Um dos destaques da programação são as Aulas Abertas, que serão ministradas de 18 a 22 de julho em diferentes largos e praças da cidade. Cada aula será realizada em três ocasiões e localidades diferentes, de forma a oferecer mais oportunidades de participação aos interessados. Haverá aulas de danças, canto, escrita criativa, expressão corporal, percussão e performance, com 1h30 de duração cada.

“As Aulas Abertas serão realizadas em diferentes localidades da cidade, como as regionais do Barreiro e de Venda Nova e o Aglomerado Santa Lúcia, um avanço desta edição. No futuro, esperamos conseguir levar oficinas e eventos para outros territórios de Belo Horizonte”, conta Leda. “Mas queremos não apenas levar as atividades, mas realizar uma interlocução de fato com esses territórios, que colaborem na própria formatação do Festival. Que atividades gostariam de sugerir para serem transplantadas para outros territórios? O circuito cultural que buscamos construir será resultado das respostas a essa pergunta.”

Show em homenagem a Nivaldo Ornelas e a abertura da exposição *Mário Zavagli – Memória e paisagem*, com retrospectiva representativa de sua obra, marcam a abertura do 48º Festival de Inverno da UFMG na noite de sexta-feira, 15, às 19h, no Auditório da Reitoria, no campus Pampulha. Apresentação de Nelson Ayres e da Geraes Big Band fecham a noite de abertura.

ENDEREÇOS

UFMG – Campus Pampulha

Avenida Antônio Carlos, 6.627, São Luiz

Centro Cultural UFMG

Avenida Santos Dumont, 174, Centro

Conservatório UFMG

Avenida Afonso Pena, 1.534, Centro

Casa da Gravura EBA/UFMG

Alameda dos Jacarandás, 1.143, São Luiz

Teatro Francisco Nunes

Avenida Afonso Pena, s/nº, Parque Municipal, Centro

Barragem Santa Lúcia

Avenida Arthur Bernardes, s/nº, Santa Lúcia

Praça da Liberdade

Funcionários

Praça Floriano Peixoto

Santa Efigênia

Praça José Verano da Silva

Barreiro de Cima, região do Barreiro
(perto da Avenida Olinto Meireles)

Praça Manoel Batista Baía

Mantiqueira, região de Venda Nova
(perto da Rua José Félix Martins)

De cima para baixo: o tambor de Maurício Tizumba, a aula aberta de literatura de Ronald Claver e o Festival Orbe, de dança urbana



Foca Lisboa/UFMG



Foca Lisboa/UFMG



Cia Fusion de Danças Urbanas/Divulgação

O **ESQUECER** negligenciado

Artigo de professor do DCC descreve falhas na aplicação da política europeia do esquecimento na web

Luana Macieira

Com o aumento da importância da internet na vida contemporânea, cresce o debate sobre a preservação dos dados e informações pessoais disponíveis na rede mundial de computadores. Para regular a privacidade dos usuários, surgiu a “política do esquecimento”, expressão que se refere às medidas que buscam garantir o direito à privacidade no ambiente da web.

No artigo *The right to be forgotten in the media: a data-driven study*, publicado no mês passado na revista *Proceedings on Privacy Enhancing Technologies*, o professor Virgílio Almeida, do Departamento de Ciência da Computação do ICEx, os estudantes-pesquisadores Gabriel Magno e Evandro Cunha, ambos da UFMG, e o professor Keith Ross, da New York University, dos Estados Unidos e de Xangai, na China, desenvolveram análises quantitativas a fim de compreender a eficiência da política do esquecimento na União Europeia (UE).

Por meio de algoritmos de cruzamento de dados, o grupo analisou 283 links que, após solicitação das pessoas citadas nos textos, foram retirados dos resultados de busca do Google britânico. No entanto, ao analisar o resultado da varredura, os pesquisadores conseguiram identificar a citação de 80 pessoas em 103 artigos jornalísticos, o que foi considerado falha no modo de se aplicar a política do esquecimento na União Europeia. “Essa falha ficou evidente porque o algoritmo usado na análise foi capaz de descobrir nomes de pessoas que solicitaram o esquecimento”, afirma Virgílio.

Segundo ele, a política de esquecimento no continente, baseada na Lei de Proteção de Dados da UE, determina que o conteúdo não apareça nos resultados de busca quando associado a uma pessoa. O diferencial do trabalho é exatamente o algoritmo usado na análise, pois comprova que um ataque a informações na internet é capaz de expor pessoas que solicitaram o direito ao esquecimento. “Assim, uma política que se destina a proteger a privacidade acaba produzindo efeito oposto, caso os resultados de um ataque venham a aparecer na imprensa”, argumenta o professor. O levantamento, que compreendeu o período de maio de 2014 a dezembro de 2015, foi feito com base em textos publicados nos jornais *The Guardian*, *The Telegraph*, *Daily Mail* e no site da BBC.



Lucas Braga/UFMG

Requisitos

Em vigor desde 2014, a política do esquecimento possibilita que moradores de países da União Europeia solicitem ao Google a remoção de links de páginas da internet que lhes façam referência nos resultados das buscas, desde que a matéria preencha os requisitos de inadequação, irrelevância ou excesso. Quando se referem a personalidades ou a figuras públicas, as páginas não podem ser omitidas dos resultados de busca, mesmo com o preenchimento desses requisitos.

Quando uma pessoa consegue a retirada das páginas do ar, o Google avisa ao site responsável pela publicação que aquele conteúdo não vai mais aparecer em seu sistema de buscas. Alguns sites de notícias, como BBC, *The Independent* e *The Guardian*, da Inglaterra, notificam os seus leitores que tais documentos não podem mais ser acessados.

A pesquisa revelou que as matérias cuja retirada foi solicitada tinham cunho sexual ou tratavam de assuntos relacionados a assassinatos, corrupção, conduta financeira inadequada, pedofilia, terrorismo, drogas e prostituição, entre outros.

A política do esquecimento surgiu na União Europeia em 2014, em resposta ao pedido de um cidadão espanhol que solicitou ao Google a supressão das referências a um episódio de financiamento de um imóvel que não havia sido quitado. Naquela época, a corte europeia obrigou o site de buscas a apagar todas as referências ao caso. Desde

a decisão pioneira que favoreceu o cidadão espanhol, mais de 1,5 milhão de solicitações chegaram à Justiça europeia.

Tensão

Nos Estados Unidos, sede da Google, o direito ao esquecimento não é regulamentado, porque, no entender da Justiça norte-americana, conflita com a chamada primeira emenda da Constituição, que veda qualquer restrição à livre expressão e à liberdade de imprensa.

Europeus e norte-americanos, conta Virgílio Almeida, divergem sobre a questão. “A Lei do Direito ao Esquecimento é um ponto de tensão entre a Europa e as grandes empresas de tecnologia americanas, como a Google, a Microsoft e o Facebook. A França, por exemplo, quer que a política de esquecimento definida pela União Europeia se aplique ao mundo inteiro, e o Google resiste a essa proposta, alegando que se trata de uma política nacional ou regional e não global”, esclarece o professor da UFMG.

No Brasil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal 12.965, de 23 de abril de 2014) prevê garantias, direitos e deveres para o uso da internet do país, mas não existe jurisprudência definida para casos de solicitação de retirada de conteúdos da internet.

[Versão ampliada da matéria está publicada no Portal UFMG, seção Pesquisa e Inovação, de 20/06/2016. O artigo pode ser lido em <http://nyti.ms/29rhwsh>]

RESTAURANTES NAS FÉRIAS

Os restaurantes universitários (RUs) da UFMG têm seus horários de funcionamento alterados, até 31 de julho, em razão das férias escolares. O Setorial I, no campus Pampulha, e o restaurante da Faculdade de Direito estão fechados e voltam a funcionar normalmente no dia 1º de agosto. Os demais restaurantes estarão fechados aos sábados e não servirão café da manhã nesse período.

O Setorial II, no campus Pampulha, servirá almoço e jantar, de segunda a sexta-feira, respectivamente das 11h às 14h e das 17h30 às 19h. O restaurante do campus Saúde servirá somente almoço, de segunda a sexta-feira, das 11h às 14h. O RU do Instituto de Ciências Agrárias, em Montes Claros, também estará aberto para almoço, de segunda a sexta, das 11h às 13h30.

A unidade da Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump), que funciona no segundo andar do Setorial II, atenderá, nesse período, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

TIMOR LESTE

A UFMG assinou, no dia 1º de julho, acordo de cooperação com a Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). A parceria foi oficializada no 26º Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp), realizado em Díli, capital do Timor-Leste.

A UFMG, que ocupa a vice-presidência da Aulp, foi representada no evento pela vice-reitora, Sandra Goulart Almeida. Segundo ela, a UNTL tem demonstrado bastante interesse em manter cooperações com instituições de outros países de língua portuguesa. "Esta é a primeira vez que a UFMG estabelece acordo com uma instituição do Timor-Leste, o que, para nós, é motivo de imensa satisfação", afirma.

Fundada em 2000, a UNTL é universidade pública e a única instituição de ensino superior do país localizado no sudeste asiático.

REVISTA ALETRIA

Até o final de agosto, a Revista Aletria, do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, da Faculdade de Letras, recebe artigos que relatem pesquisas sobre o esporte na literatura e no cinema, abordando as relações entre as áreas.

A publicação, quadrimestral, circula desde 1993, com a missão de fomentar a produção acadêmica sobre estudos literários e culturais. Mais informações estão disponíveis em www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria.

FOMENTO À EXTENSÃO

Servidores docentes e técnico-administrativos da UFMG em efetivo exercício podem apresentar, até 2 de setembro, propostas de programas ou projetos de extensão para concorrer a bolsas nas modalidades PBext e PBext Ação Afirmativa de 2017. Ambas são gerenciadas pela Pró-reitoria de Extensão.

A bolsa PBext é destinada a discentes de graduação, e a PBext Ação Afirmativa, a estudantes de graduação classificados socioeconomicamente nos níveis I, II e III pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump) ou com ingresso pelo sistema de cotas. A vigência vai de março de 2017 a fevereiro do ano seguinte.

A iniciativa busca estimular a participação dos discentes em projetos de extensão e na formação acadêmica, possibilitando o desenvolvimento do espírito crítico e da atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior. É permitida a solicitação simultânea de bolsas em duas categorias. As inscrições devem ser feitas exclusivamente por meio do Sistema de Fomento de Bolsas de Extensão.

UFMG NO CNE

Os professores Francisco César de Sá Barreto, emérito da UFMG e reitor na gestão 1998-2002, e José Francisco Soares, ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foram nomeados membros do Conselho Nacional de Educação (CNE). Sá Barreto vai ocupar cadeira na Câmara de Educação Superior, e Chico Soares vai integrar a Câmara de Educação Básica. A designação foi publicada no Diário Oficial da União, no último dia 4. Ambos integraram o CNE em outras ocasiões.

Francisco César de Sá Barreto integrou o Conselho Superior da Capes e o Conselho da SBPC e presidiu, no biênio 2009-2010, o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec). José Francisco Soares foi membro de comitês consultivos do Inep e do Instituto Nacional de Evaluation Educativa do México.

CASA DA GLÓRIA

O Instituto Casa da Glória, em Diamantina, passa a contar com exposição, de caráter permanente, de textos sobre a educação religiosa feminina no Brasil e fotografias do Colégio Nossa Senhora das Dores, que funcionou no prédio do Instituto de 1867 a 1966.

A exposição tem o objetivo de difundir o valor patrimonial de casarões e de destacar diferentes usos dos espaços ao longo do tempo. A mostra também inclui depoimentos de ex-alunas da instituição que abordam ambiente, rotina de aulas e a convivência entre internas, externas, órfãs e irmãs. A visitação, gratuita, pode ser feita de segunda a domingo, das 8h às 18h. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (38) 3531-1394.

O Instituto Casa da Glória foi criado em 2001, como órgão complementar do Instituto de Geociências da UFMG. Abriga as atividades do Centro de Geologia Eschwege, além de trabalhos de campo de disciplinas dos cursos de geografia, geologia, turismo, engenharia de minas e ciências biológicas. O Instituto também sedia festivais, seminários, cursos e simpósios promovidos por entidades técnico-científicas, por unidades acadêmicas e por órgãos públicos.



Arquivo da exposição

Edição **EXTRAORDINÁRIA**

Aluna da Fale encerra graduação com a produção de livro autobiográfico de aposentada que sonha em viver das letras

Itamar Rigueira Jr.

“Sempre estou buscando, esperando, seja o tempo que for. A eternidade? Um minuto? Toda a existência para cumprir o meu papel.”

Ana Reis é autora das frases em destaque, que fecham o livro *Fragmentos de mulher*. Uma obra ainda sem tiragem, sem preço. Mas pronta. O livro foi produzido como trabalho de conclusão do Bacharelado em Letras (ênfase em edição) por Carla Castagnet Vial e apresentado na semana passada, durante defesa do TCC.

Carla lançou mão da experiência que adquiriu em estágio no Laboratório de Edição (Labeled) da Faculdade de Letras. Foi lá também que ela estabeleceu contato com Ana Reis. Há cerca de dois anos, a escritora pediu ajuda ao laboratório, e seu sonho coincidiu com a procura da estudante por um tema para o trabalho de conclusão de curso. Em *Fragmentos de mulher*, Ana Reis escreve em primeira pessoa e reflete sobre como o passado influencia o presente, em sua vida e na de sua família. A ideia surgiu da mistura de acontecimentos como a procura de um novo apartamento e a morte de um neto.

Nascida há 58 anos em Santos Dumont (MG), Ana só completaria o segundo grau (atual ensino médio) com 40 anos. Já vivia em Belo Horizonte, havia trabalhado como empregada doméstica e, em grande parte de sua vida, como costureira. Escreveu o primeiro conto quando precisou ficar em casa após cirurgia no quadril – ela tem um problema congênito na articulação. No ano passado, publicou o livro infantojuvenil *As aventuras de Aninha, em A princesa e o urubu* (SC Literato).

“Vivo algumas dificuldades, e a edição do meu livro representa para mim o resgate como pessoa. Tenho muita coisa escrita e procurei o laboratório para saber se valia a pena continuar. A parceria com a Carla me deu coragem”, diz a moradora do Jardim Vitória, região Nordeste de BH, que tem cinco filhos e quatro netas e se envolve também em ações sociais e no movimento negro.

Autonomia

Os volumes da encadernação artesanal destinados à escritora, à editora e aos membros da banca que avaliou o TCC têm capa dura em papel calandrado 2 mm, costura aparente com cordão encerado, papel Pólen Bold 90 g/m² no miolo e 112 páginas. A imagem da capa é uma gravura em linóleo feita sobre papel Color Plus pela própria Carla.

A editora criou também uma versão mais econômica, com capa em kraft 420 g/m² e miolo em papel reciclado. Com o propósito de propiciar autonomia à escritora, tanto o projeto da capa quanto a encadernação artesanal foram idealizados para serem reproduzidos

por ela, de maneira independente. Ana Reis, que aprendeu costura artesanal no Labeled, costurou seu primeiro exemplar.

Depois de escolher o texto autobiográfico entre diversos enviados por Ana Reis (contos, poemas, histórias infantis), Carla Castagnet fez a editoração do texto, elaborou o projeto gráfico, diagramou, fez a revisão de provas e o acabamento do livro. O mais complexo, ela explica, foi ter clareza sobre até onde intervir no texto, com base no discernimento entre o que era recurso estilístico e o que não era. “Trabalhei com literatura, com uma autobiografia, era preciso perceber o estilo dela e tentar propor apenas alterações que contribuíssem para sua forma de escrever. Conversamos muito, e a maioria das minhas sugestões foi acatada”, diz Carla, que pretende repassar à escritora todas as questões tratadas no processo de edição. “Ela é estudiosa e interessada, quer ampliar seus conhecimentos de mundo e conhecer as possibilidades de uso da linguagem para aplicar nos próximos textos.”

Autora da sugestão de que Carla editasse o livro de Ana Reis como trabalho de fim de curso, a professora Sônia Queiroz, coordenadora do Labeled, lembra que a situação mostra a vocação da Universidade de se abrir a demandas novas. “A formação técnica e acadêmica ganhou um caráter social, na medida em que uma escritora foi capacitada a publicar e até a produzir os próprios livros”, diz Sônia.

Numa espécie de preâmbulo a *Fragmentos de mulher*, Ana Reis fala em esperança, recomeço, escolhas e consequências. O resultado de tudo isso é um simples e belo volume de capa dura, editado com sensibilidade e profissionalismo. Ana se diz realizada, mas sonha mais alto: “Quero tornar meus escritos conhecidos, o que significa vender meus livros. E continuar escrevendo”.



Foca Lisboa/UFMG

Ana Reis e Carla Castagnet: coincidência entre sonho e projeto acadêmico